

1. **ADM OBTÉM SELO SUSTENTÁVEL PARA FORNECIMENTO DE SOJA**
2. **AGRICULTORES COBRAM PROMESSA DO GOVERNO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL**
3. **CÓDIGO FLORESTAL DEVE SER VOTADO NA CCJ ATÉ DIA 31, DIZ RELATOR**
4. **COMERCIALIZAÇÃO DE TRIGO SEGUE LENTA NO BRASIL, DIZ CEPEA**
5. **DECISÃO DO TRF AUTORIZA QUEIMADAS E DERRUBADAS NO ACRE**
6. **DECISÃO SOBRE FALÊNCIA DE FRIGORÍFICO QUATRO MARCOS DEPENDE DE JUIZ**
7. **FAXINA COMEÇA NA CONAB E DERRUBA PROCURADOR-GERAL**
8. **ICMBIO RECEBE ILHAS DENTRO DE PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**
9. **IMA ACATA RECOMENDAÇÃO DO MPF PARA REGULARIZAÇÃO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE**
10. **JUIZ QUE MANDOU PRENDER ACUSADOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO SAI DO CASO**
11. **LULA PEDE À PRESIDENTE QUE NÃO IRRITE PMDB**
12. **MAIS BARATO, TRIGO DA ARGENTINA É A OPÇÃO**
13. **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PROMETE LIBERAÇÃO DE MAIS R\$ 274 MILHÕES PARA SEGURO RURAL**
14. **MINISTRO ATRIBUI ACESSO DE LOBISTA A "DESCUIDO" DA EQUIPE**
15. **MONSANTO APRESENTA ESTUDO INÉDITO SOBRE ECONOMIA DE CARBONO**
16. **MPF QUER ACOMPANHAR PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO DA BR FOODS DE PERTO**
17. **POLÊMICO, PRESIDENTE DA CTNBIO ADIANTA VOTO FAVORÁVEL SOBRE FEIJÃO TRANSGÊNICO**
18. **RELATOR QUER RECADASTRAR TERRAS RURAIS PARA IDENTIFICAR POSSE POR ESTRANGEIROS**
19. **ROSSI DIZ QUE DILMA LHE DEU DETERMINAÇÃO LIMPEZA SEM LIMITAÇÕES POLÍTICAS**
20. **ROSSI DIZ QUE NÃO É PORTEIRO DO MINISTÉRIO E SAI EM DEFESA DE ORTOLAN**
21. **SEM ORGANIZAÇÃO, PRODUTORES DO NORDESTE ENCARAM PROBLEMAS PARA ACESSAR RECURSOS**
22. **UMA MÃO, LAVA A OUTRA**
23. **USDA PROPÕE NOVAS REGRAS PARA RASTREAMENTO DE DOENÇAS EM ANIMAIS**
24. **WAGNER ROSSI E PRODUTORES DE CARNES DISCUTEM EMBARGO RUSSO EM SÃO PAULO**

ADM OBTÉM SELO SUSTENTÁVEL PARA FORNECIMENTO DE SOJA

A americana Archer Daniels Midland (ADM), uma das maiores trading de produtos agrícolas do mundo, anunciou que foi a primeira empresa a obter o selo International Sustainability and Carbon Certification (ISCC) para fornecer soja cultivada de maneira sustentável para a Europa.

Segundo a multinacional, cerca de 250 mil toneladas de soja serão processadas nos próximos meses em suas unidades de esmagamento em Hamburgo e Mainz, na Alemanha, de acordo com os requisitos da nova Diretiva de Energia Renovável (EU-RED) da União Europeia, como prevê a certificação, que exige "rigorosos critérios para a produção de biomassa e biocombustíveis, além de possuir uma baixa emissão de carbono em toda a cadeia de produção".

No exercício 2011, encerrado em 30 de junho, as vendas líquidas globais da ADM somaram US\$ 81 bilhões.

Fonte: Valor Econômico

AGRICULTORES COBRAM PROMESSA DO GOVERNO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

A busca por uma saída para o problema do endividamento no campo levou centenas de produtores rurais a ocupar o pátio do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, desde esta terça, dia 9. Os agricultores gaúchos permanecem cobrando uma promessa do governo federal para que consigam ter acesso ao crédito agrícola.

O produtor rural Ilo Nilo Bundt viajou mais de 250 quilômetros para comparecer a manifestação. Ele é de Paraíso do Sul, na região central do Estado. O agricultor se uniu a centenas de outros que nem conhece, mas vivem uma situação semelhante: as lavouras não rendem o suficiente para pagar as contas.

– Nós temos dificuldades pra sair dessas dívidas que temos da soja e mesmo do arroz. Plantamos em terra arrendada, não temos terra própria. Está uma dificuldade tremenda. Estamos com tudo penhorado no banco, não sabemos de onde tirar pra seguir a cultura do arroz – relata.

Os produtores pedem ao governo um prazo de dois meses de adiamento das dívidas vencidas ou a vencer para que consigam ter acesso aos programas de custeio e financiamento.

– A nossa proposta é juntar todas as dívidas vencidas e vencendo dos agricultores familiares, transformar elas em um contrato só e dividir elas em parcelas para 15 anos. Três anos de carência, doze para pagar, com bônus de adimplência em cada parcela de 30%. Essa é a proposta da Fetag, que busca o acordo com o governo federal. Estamos mostrando pro governo que esgotou o tempo, que não dá mais pra esperar, que o agricultor não pode esperar nem mais um dia, senão atrasa a próxima safra – ressalta o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Carlos Joel da Silva.

COMERCIALIZAÇÃO DE TRIGO SEGUE LENTA NO BRASIL, DIZ CEPEA

A comercialização de trigo segue lenta no Brasil, segundo pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Quanto aos preços, continuam sem registrar variações expressivas. Assim, os menores valores na Argentina têm aumentado o interesse de moinhos brasileiros, de acordo com informações do Cepea.

A maior demanda brasileira pelo produto importado está relacionada tanto ao preço quanto à qualidade. Segundo pesquisadores do Centro, agentes também estão atentos ao desenvolvimento das lavouras no Brasil e ao movimento dos preços do trigo nas bolsas internacionais.

Fonte: Canal Rural/Cepea

MPF QUER ACOMPANHAR PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO DA BR FOODS DE PERTO

Com a avaliação de que foi colocado de lado no julgamento da BRF Brasil Foods pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Ministério Público Federal (MPF) se municiou para acompanhar pari passu os principais casos de defesa da concorrência. Nos últimos dias, foram contratados seis técnicos para analisar os processos de fusão e aquisição

mais de perto, a partir do momento que chegam ao órgão antitruste.

– Queremos ter uma atuação mais proativa a partir de agora. Contratamos uma equipe para termos capacidade de análise. Não vamos mais ficar a reboque do Cade – afirmou o procurador do MPF no Cade, Luiz Augusto Santos Lima.

O órgão promete acompanhar os casos, colher informações que já estão no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e também na iniciativa privada, nos setores em que há negócios sob avaliação.

O primeiro grande movimento que o MPF já começou a analisar por conta própria é o da concentração do setor frigorífico, com a união entre JBS e Bertin. Mas outros já deixam o Ministério Público em alerta, como o de Educação. A ideia, conforme o procurador, é intensificar o conhecimento das operações por meio de três analistas jurídicos, um economista e mais três técnicos da área administrativa, mas sem que haja duplicidade de trabalho com os demais órgãos que compõem o SBDC – além do Cade, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda.

Os casos de fusão e aquisição passam primeiramente pela Seae, vão para a SDE e depois são remetidos para o Cade. Os que englobam práticas anticoncorrenciais, como supostas formações de cartel, ficam a cargo da SDE e, antes de irem a julgamento pelo colegiado, recebem o parecer da Seae.

– Não vamos repetir o trabalho de ninguém – disse Lima.

Gota d'água

A avaliação de que o MPF precisaria ser mais atuante na área de defesa da concorrência cresceu com a expansão econômica brasileira, que gera um maior número de negócios, e a maior relevância obtida pelo conselho recentemente, conforme o procurador. A gota d'água, no entanto, foi o episódio do julgamento da fusão entre Sadia e Perdigão. Isso porque o MPF pode se pronunciar a respeito de um processo, pelo regimento do Cade, durante sua fase de instrução, mas o caso BRF Brasil Foods, fruto da fusão, foi colocado em pauta para avaliação em 1º de junho, sem o parecer do Ministério, que é facultativo.

Dois dias depois, no entanto, o MPF pediu vista dos autos, o que foi negado pelo plenário do Cade em 8 de junho com base nos argumentos da Procuradoria do conselho de que essa solicitação poderia ser feita a qualquer momento durante o tempo de instrução do processo na autarquia, mas não depois de ser colocado em votação - o caso chegou ao Cade um ano antes, em junho de 2010. Não é essa, no entanto, a interpretação do procurador. Para Lima, o órgão antitruste estava "equivocado".

Como ao final houve um acordo entre o órgão antitruste e a companhia, a estratégia do MPF foi deixar as coisas correrem nesse processo e tentar mudar os trâmites dos próximos.

– Agora, todos os casos que chegam ao Cade são informados ao Ministério Público Federal. Vamos acompanhar tudo desde o 'nascidouro'. O que aconteceu com a BRF não pode acontecer, todos têm que aprender com aquilo – acrescentou.

Entre as atuações previstas pelo MPF e que devem ser reforçadas com a nova equipe estão a solicitação de mais investigação sobre determinada prática ou negócio e, a partir de agora, confronto de análises feitas pelos diferentes órgãos.

– No caso dos frigoríficos, a Seae recomendou a aprovação da operação, mas com restrições para unidades de alguns Estados. Será que isso é suficiente? Acredito que não, mas hoje não tenho como dizer, então vamos procurar saber com a nova equipe técnica – argumentou.

Para o procurador, essa nova divisão dentro do MPF será importante também para empresas de menor porte ou

associações que não possuem força econômica para contratarem os advogados especializados no direito da concorrência.

– Muitos nos procuram aqui, alegando que não conseguem entrar no Cade, pois é algo caro. Agora, poderemos ajudar mais – previu.

Fonte: Canal Rural/Agência Estado

MAIS BARATO, TRIGO DA ARGENTINA É A OPÇÃO

Mesmo depois da colheita de 5,8 milhões de toneladas de trigo na safra 2010/2011, incremento de 17% ante a safra anterior, a comercialização do produto brasileiro segue lenta. Isso porque a qualidade do trigo colhido ainda não condiz com as exigências dos moinhos. Além disso, o cereal argentino, reconhecido por seus atributos qualitativos, se apresentou com preços mais baixos.

A menos de um ano para a entrada em vigor das novas normas para o cereal, o mercado brasileiro ignora a entrada da nova safra e busca alternativas na vizinha Argentina. "O problema maior não é o preço, e sim a qualidade do trigo. O trigo argentino está muito bom, e estávamos procurando mais trigo para fazer pão, pois no Brasil tem pouco. E eles têm isso", garantiu o presidente do Moinho Pacífico, Lawrence Pih.

Segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), essa maior demanda brasileira pelo produto importado está relacionada tanto ao preço quanto à qualidade. Em julho, as cotações no Porto de Buenos Aires, na Argentina, reduziram 6,2%, praticamente voltando aos patamares verificados no final de 2010. Na semana passada, os valores acumulam queda de 1,6% (mesma variação observada para a parcial do ano), fechando a US\$ 300,00 a tonelada. Na semana passada, foram registrados 16 navios tendo o Brasil como destino, sendo que 12 eram novos registros. "Tem bastante trigo nacional, mas da qualidade que precisamos tem pouco. Por isso os negócios estão devagar. Estamos comprando muito trigo na Argentina, que tem qualidade e preço", afirmou Pih.

No Brasil, os preços do trigo em grão estão aproximadamente 8% mais altos na comparação com o ano passado.

Fonte: DCI - Diário do Comércio & Indústria

MONSANTO APRESENTA ESTUDO INÉDITO SOBRE ECONOMIA DE CARBONO

Nesta quarta-feira, 10 de agosto, durante o Evento Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol de 2011, organizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Monsanto apresentou o primeiro inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE), desenvolvido com base na programa.

Foram contabilizadas as emissões decorrentes das fábricas de Proteção de Cultivos de Camaçari (BA) e de São José dos Campos (SP). Os inventários mediram a quantidade de gases emitidos em 2007, 2008, 2009 e 2010. "A atuação conjunta com diversos setores da sociedade faz parte de nossa estratégia em direção ao desenvolvimento sustentável", explica Gabriela Burian, gerente de Sustentabilidade da Monsanto, que esteve presente no evento da FGV ao lado de Gilmar Beraldo, gerente da unidade de Camaçari, Marco Stollar, gerente de QESH (Quality, Environment, Safety and Health / Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde) de São José dos Campos e Roberta Carneiro, engenheira de ESH Corporativo.

O GHG Protocol é uma metodologia de contabilização de GEE que foi desenvolvida pelo World Resources Institute (WRI) em parceria com o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e trazida ao Brasil pela FGV. As empresas participantes do Programa inventariam suas emissões utilizando a metodologia e a equipe técnica do

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

GVces avalia as informações apresentadas para, posteriormente, publicar os resultados no Registro Público de Emissões de GEE.

Fazer a medição de anos retroativos é importante para estabelecer um parâmetro ao propor o plano de ação de gestão dos gases. “O histórico do período analisado deve ser sempre levado em consideração, já que existem variantes que refletem diretamente no resultado do inventário. Os anos de recessão econômica, por exemplo, causam menor produção refletindo invariavelmente em uma menor emissão de gases”, explica Gilmar Beraldo, gerente da unidade da Monsanto em Camaçari.

A ideia principal de fazer um inventário é dar o primeiro passo para criar mecanismos de gestão ambiental nas corporações visando a redução de GEE. “As empresas que fazem parte da plataforma estão à frente, já que as exigências do mercado internacional e da sociedade em relação a práticas sócio e ambientalmente responsáveis e sustentáveis são cada vez maiores. Além disso, o consumidor está se tornando mais consciente e, com isso, passa a valorizar companhias que têm boas práticas socioambientais ou a pressionar aquelas cujos impactos prejudicam o meio ambiente e a sociedade”, afirma Fernanda Carreira, pesquisadora do Programa de Sustentabilidade Global do GVces.

Contabilização de resultados

Dentro das normas internacionais do GHG Protocol, as empresas devem contabilizar suas emissões diretas e parte de suas emissões indiretas, relativas à compra de energia. Já as emissões referentes a terceiros não são obrigatórias, dada sua complexidade na obtenção das informações. Para realizar o inventário, a Monsanto contratou a ICF Internacional, consultoria que é referência no setor. “Para mensurar as emissões diretas, o inventariante deve considerar todos os gases de efeito estufa emitidos durante a fabricação de um produto, que estejam sob o controle do mesmo. Se a empresa utilizar uma caldeira na fabricação, por exemplo, deverá analisar o tipo de combustível usado na caldeira, com os seus respectivos conteúdos energéticos e fatores de emissão, transformar esse combustível em energia e depois converter esta energia em quantidade emitida de GEE”, cita Augusto Mello, diretor geral da ICF para América Latina.

Já para colocar na ponta do lápis as emissões indiretas, deve-se considerar a emissão de empresas terceiras ligadas à companhia. “Nesse caso, o céu é o limite já que a empresa que está inventariando pode optar por mensurar as emissões de GEE da cadeia completa, desde a fabricação da matéria prima até a chegada ao consumidor final ou mesmo uso e disposição, dependendo do tipo de produto”, explica Mello.

Fonte: Monsanto

USDA PROPÕE NOVAS REGRAS PARA RASTREAMENTO DE DOENÇAS EM ANIMAIS

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) propôs um novo sistema de rastreamento de gado bovino, suínos, equinos e aves para identificar a origem de doenças que se espalham pelos rebanhos. O sistema não evitaria as doenças, mas rastrearia os animais para melhorar as respostas de emergência a eventuais surtos de contaminação e o atual modelo de controle de doenças animais, segundo detalhes divulgados hoje.

Conforme a proposta, seria exigido aos produtores que fixassem um número único de identificação nos animais transferidos entre os Estados ou áreas tribais. Produtores podem registrar alguns animais, como aves e suínos, em grupos e rebanhos. A proposta inclui exceções para várias situações, como se dois Estados concordarem em compartilhar um sistema de rastreamento.

A agência do governo afirmou que está prestando atenção especial à indústria de gado. “Estamos especialmente preocupados com inadequações atuais em recursos de rastreamento de doenças na indústria de gado”, disse. Importadores de cames há tempos criticam os Estados Unidos por não terem um sistema federal de identificação e rastreamento para encontrar as origens das doenças. O USDA disse ao Congresso em maio que um novo programa acabaria com essa pressão internacional. As informações são da Dow Jones.

Fonte: Agência Estado

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PROMETE LIBERAÇÃO DE MAIS R\$ 274 MILHÕES PARA SEGURO RURAL

As seguradoras querem mais recursos do governo federal para a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. O assunto foi discutido nesta quarta, dia 10, na Câmara Temática de Seguros do Agronegócio, em Brasília. Apenas R\$ 132 milhões, ou um terço do orçamento previsto para este ano, foi autorizado até agora. As seguradoras cobram a liberação dos outros R\$ 274 milhões prometidos.

– Isso representa uma deficiência na execução do projeto do programa de Seguro Rural, que implica no trabalho das seguradoras. Eles acabam sendo honerados pelo Estado e pelos resseguradores, que contemplam garantias em cima dessa operação – afirmou o presidente da Câmara de Seguros do Agronegócio, José Américo de Sá.

O Ministério da Agricultura prometeu uma solução para o impasse, causado pelo contingenciamento dos gastos do Executivo. Além disso, o secretário de Política Agrícola, José Carlos Vaz, anunciou que o Fundo de Catástrofe, sancionado em agosto do ano passado, está perto de sair do papel.

– A expectativa é de, nos próximos 15 a 30 dias, terminar a construção de uma base de dados que vai permitir a definição das metodologias, que vai definir quanto vai ser o Fundo de Catástrofe, quando ele vai ser utilizado, de que forma, em que momento e para que finalidades – garantiu o secretário.

Fonte: Canal Rural

IMA ACATA RECOMENDAÇÃO DO MPF PARA REGULARIZAÇÃO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE

Através de documento enviado nesta quarta-feira (10) ao Ministério Público Federal, o Instituto do Meio Ambiente (IMA) acata a recomendação sobre atividades, que estejam dentro da área de atuação da entidade, para regularização urbanística e socioambiental em Áreas de Proteção Permanente (APPs) ocupadas irregularmente e afetadas pelas cheias dos rios em 2010.

A recomendação expedida no dia primeiro de agosto estabeleceu prazo de 10 dias para que o órgão respondesse e nove meses para que as medidas sejam cumpridas. Toma como referência a Resolução 396/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), mas baseia-se também na Constituição Federal para pedir a relocação dos moradores das áreas de risco para novas moradias, demolição de construções irregulares, retirada de entulhos, prevenção e repressão de novas ocupações das áreas de risco.

Além do IMA, devem responder ao MPF o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e 13 prefeituras.

DECISÃO DO TRF AUTORIZA QUEIMADAS E DERRUBADAS NO ACRE

*Deputado Federal MOREIRA MENDES
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

Líder do governo na Aleac deputado Moisés Diniz contesta decisão do TRF.

O deputado estadual Moisés Diniz (PC do B) contestou, na sessão desta quarta-feira, 10, na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) que liberou a derrubadas e queimadas apenas para cinco municípios do Vale do Juruá. Em outros 17 municípios, de Tarauacá a Rio Branco, estão liberadas somente as derrubadas.

O parlamentar explicou que a decisão prejudica principalmente os pequenos agricultores que sobrevivem da produção e que precisam queimar, pois não possuem condições de utilizar tratores e sistemas de arado por conta do difícil acesso às suas propriedades.

“Não é somente a queimada dos pequenos agricultores que vai interferir no aquecimento global. Com essa medida em pouco tempo todos esses produtores irão se dirigir à cidade em busca de emprego por falta de condições de trabalho no campo”, afirmou.

Diniz ressaltou ainda a importância de se discutir medidas para ajudar os pequenos produtores do estado, tendo em vista a problemática da localização de suas propriedades que dificulta a entrada de equipamentos que são usados para substituir as queimadas.

“Então quero propor que se reúna a comissão de agricultura, de meio ambiente e que se convide os procuradores para discutir essas questões. Porque nós não somos defensores da derrubada na floresta, mas queremos garantir sobrevivência das pessoas que vivem dessa terra”, concluiu.

WAGNER ROSSI E PRODUTORES DE CARNES DISCUTEM EMBARGO RUSSO EM SÃO PAULO

Associações dos setores produtores de carnes se reúnem com o ministro nesta quinta, dia 11

Associações representativas dos setores produtores de suínos, bovinos e aves terão reunião com o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, nesta quinta, dia 11, em São Paulo. O assunto entre as partes será o embargo da Rússia para as carnes brasileiras, que teve início em 15 de junho com a suspensão da comercialização de produtos originários do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. No início do mês, uma nova lista, com mais 37 plantas frigoríficas, também foi vetada pelo serviço sanitário russo.

O diretor de mercados da União Brasileira de Agricultura (Ubabef), Ricardo Santin, explicou que a entidade quer tomar pé das negociações entre as partes, mas não vê outra saída para o fim do impasse a não ser por meio do governo.

– A situação está no âmbito das decisões técnicas e políticas. Confiamos no governo e nas ações feitas até aqui – acrescentou.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro Camargo Neto, explicou que a entidade já havia solicitado há alguns meses uma audiência com o ministro para tratar da vinda de uma missão japonesa ao Brasil, prevista para o final deste mês. A intenção do setor é que o mercado daquele país se abra para os produtos de Santa Catarina, único Estado que já possui status livre de aftosa sem vacinação.

Fonte: Agência Estado

DECISÃO SOBRE FALÊNCIA DE FRIGORÍFICO QUATRO MARCOS DEPENDE DE JUIZ

O destino do frigorífico Quatro Marcos, em recuperação judicial desde dezembro de 2008, está nas mãos do Juiz da 1ª Vara Cível de Jandira, em São Paulo, onde o processo de recuperação judicial da empresa tramita. Na assembleia geral de credores (AGC) desta quarta, dia 10, as modificações do

plano, com alterações na forma de pagamento, garantias e prazos dos débitos devidos aos credores, foram aprovadas por valores de crédito, mas não por número efetivo de credores.

Após pouco mais de duas horas de encontro, com uma hora de suspensão para que os advogados representantes de bancos conversassem com seus clientes, as modificações foram aprovadas, em valor, por 68,28% do total de credores presentes, mas foram rejeitadas por todos os credores da classe trabalhista, e aprovadas pela maioria dos credores das classes II e III.

Pela lei, a aprovação da nova versão do plano de recuperação judicial tem que ser aprovada em valor e por, no mínimo, duas classes e um terço da terceira. Entretanto, da classe trabalhista, a rejeição foi unânime.

Segundo o administrador judicial da recuperação do Quatro Marcos, Orival Salgado, não há prazo para a decisão do juiz. Caso o plano não seja homologado pelo juiz, a falência do Quatro Marcos será decretada.

– Ainda falta o pronunciamento do Ministério Público que várias vezes pediu a falência da companhia. Mas acredito que, em uma semana, o MP se pronuncie e o juiz decida o que fazer com o plano – explicou Salgado.

Segundo os peritos judiciais que acompanham o caso, o juiz que pode decidir sobre o destino do frigorífico é Seung Chul Kim, substituto do juiz titular da 1ª Vara Cível de Jandira. O juiz titular, cujo nome não foi revelado, voltará à Vara no dia 21.

– O juiz substituto pode até esperar o titular voltar, já que não há um prazo definido para a decisão sobre a recuperação – disse um participante da assembleia.

Fonte: Agência Estado

ROSSI DIZ QUE NÃO É PORTEIRO DO MINISTÉRIO E SAI EM DEFESA DE ORTOLAN

BRASÍLIA - Ao responder a perguntas do líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, disse que apresentou documentos rebatendo as denúncias e defendeu o seu ex-secretário-executivo Milton Ortolan que pediu demissão diante das denúncias. Rossi explicou ainda sua declaração de que as denúncias poderiam ter sido fomentadas por disputa de espaço na Conab.

- E (quando falei em grupos) fiz uma mera constatação. Quando há mudanças de equipe, há sempre uma tensão. Ortolan teria se encontrado com o lobista Júlio Fróes, que era contratado da Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP e que tem contrato com a Pasta. Ele disse que não há ilegalidade no contrato, mesmo com essa intermediação, mas que determinou a suspensão dos pagamentos até o final das investigações.

Sobre fotos mostrando que Fróes usava entrada privativa do Ministério, Rossi foi irônico.

- Não posso assumir a responsabilidade de controlar a portaria, mas posso garantir que nenhum lobista mantinha sala privativa - disse Rossi, acrescentando:

- Ortolan era e é de minha confiança.

O ministro ainda rebateu acusações de Alvaro Dias de que não teria agido quando presidente da Conab para coibir irregularidades em processos judiciais, por exemplo.

- Fiz o meu melhor - disse Rossi.

Alvaro Dias disse que não era possível confiar nas investigações da CGU apenas.

-É como colocar o cabrito para cuidar da horta - disse o tucano. O ministro insistiu:

- Apresentei documentos e lamento que alguns ouçam com ouvidos moucos as respostas, o que não é o seu caso.

RELATOR QUER RECADASTRAR TERRAS RURAIS PARA IDENTIFICAR POSSE POR ESTRANGEIROS

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

Gustavo Lima

Audiência reuniu representantes da Corregedoria Nacional de Justiça e do Ministério das Relações Exteriores.

O relator da subcomissão que analisa a compra de terras brasileiras por estrangeiros, deputado Beto Faro (PT-PA), disse nesta quarta-feira que é favorável a um recadastramento obrigatório de propriedades rurais no Brasil, para que se verifique quantas delas estão nas mãos de pessoas ou empresas estrangeiras.

O recadastramento seria obrigatório para propriedades acima de uma determinada área de extensão, e abrangeria as terras adquiridas entre 1997 e 2010. Durante esse período, por uma interpretação da legislação, os cartórios de registros de imóveis se viram desobrigados de registrar e comunicar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) as terras que foram compradas por estrangeiros. Por isso, o governo não sabe ao certo a quantidade atual.

Levantamento do Incra indica que 34.371 propriedades rurais pertencem hoje a estrangeiros ou a empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Mas o número é, com certeza, maior que os dados oficiais.

A sugestão do recadastramento foi feita pelo juiz da Corregedoria Nacional de Justiça Ricardo Chimenti. Ele participou do debate promovido pela subcomissão, que é vinculada à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Chimenti ressaltou que um parecer da Advocacia Geral da União foi o responsável pela falha no encaminhamento dos registros ao Incra. "Conforme a Lei 5.709/71, a partir de determinada dimensão (três módulos de exploração indefinida), quando adquirida por estrangeiro, essa terra tinha que estar cadastrada em registros próprios, tanto no Incra quanto nos cartórios imobiliários. Como isso não foi feito num período, em razão de uma orientação da própria Advocacia Geral da União, a ideia é que esse recadastramento fosse feito em cima de terras a partir dessas medidas, de 2010 até 1997", disse.

Estrutura dos cartórios

Beto Faro afirmou que, antes do recadastramento, é necessário adequar as estruturas dos cartórios de registros de imóveis. "Há necessidade de uma reformulação total no sistema", destacou, alertando que não será simples preparar os cartórios para "fazer esse registro e identificar exatamente qual é o capital internacional que está entrando nesse sistema".

O presidente da subcomissão, deputado Homero Pereira (PR-MT), afirmou que os parlamentares precisam saber como são as leis que tratam da compra de terras por estrangeiros em outros países. O objetivo é comparar as diferentes legislações com a brasileira, para que os deputados façam prevalecer o princípio da reciprocidade quando forem propor uma nova lei.

O coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores, Milton Rondó, se comprometeu a enviar à subcomissão, em 15 dias, informações sobre as normas de diversos países.

Reportagem – Renata Tôrres/Rádio Câmara

Edição – Marcos Rossi

POLÊMICO, PRESIDENTE DA CTNBIO ADIANTA VOTO FAVORÁVEL SOBRE FEIJÃO TRANSGÊNICO

10/08/11

Polêmico, presidente da CTNBio adianta voto favorável sobre feijão transgênico

O alimento mais consumido no Brasil poderá se tornar geneticamente modificado, dependendo da decisão tomada pelo plenário da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – a CTNBio nesta quinta-feira (11). A semente do feijão transgênico, desenvolvida pela Embrapa, promete ser

resistente ao vírus do mosaico dourado e tem recebido um rótulo de "orgulho nacional", enquanto organizações e pesquisadores questionam a pesquisa de campo feita apenas em três localidades, mas com possibilidade de aprovação para plantio em todo o território brasileiro.

Além das questões científicas, outro ponto preenche o debate de dúvidas quanto a isenção da CTNBio em decidir o uso da transgenia no Brasil. O polêmico presidente da Comissão, Edilson Paiva, adiantou seu voto em um ofício encaminhado no dia 2 de agosto ao ministro Aloizio Mercadante e a presidenta Dilma Rousseff. No documento, Paiva defende o feijão transgênico e critica o Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – por questionar o produto. Com isso, Paiva deixou claro que é favorável ao feijão geneticamente modificado, mesmo sendo seu papel ético prezar pelo debate aprofundado sobre o tema, a fim de preservar a legitimidade conferida à Comissão.

Organizações e movimentos sociais que acompanham os debates se organizam para participar da reunião, a fim de questionar a aprovação de uma variedade nunca produzida e nem consumida. Nesta quarta-feira (08), encaminharam uma representação a diversos órgãos, entre eles Ministério Público Federal e ao ministro Mercadante, pedindo para que os membros que já se manifestaram publicamente favoráveis ao feijão transgênico sejam declarados como não isentos, e por isso não possam votar na audiência desta quinta-feira.

Há tempos as posturas de Paiva chamam atenção. Em 2007, chegou a declarar a imprensa que as pessoas "poderiam até beber" o glifosato, um herbicida muito utilizado no plantio de soja. Em junho, Paiva afirmou que Mercadante estava mal orientado, após o ministro comparecer pessoalmente a comissão e vetar uma alteração no regimento que reduziria para 30 dias o prazo de análise para as liberações comerciais de transgênicos.

Além dele, outros 15 membros da Comissão também já anteciparam seus votos ao aderirem a um abaixo assinado virtual pedindo a liberação do feijão transgênico, antes mesmo de enfrentarem o debate e sem considerarem os questionamentos feitos pela sociedade em audiência pública. O autor do abaixo assinado é um dos membros da CTNBio, Paulo Paes, representante do Ministério de Relações Exteriores e inclusive um dos relatores responsáveis pela análise do feijão transgênico. Paes é professor da UFPE e sócio de uma empresa de biotecnologia em Pernambuco, a Biogene. Na última reunião ordinária da CTNBio, em junho, manifestou-se dizendo que o Protocolo de Cartagena é um problema para as liberações de OGM's no Brasil. Outro relator do processo, o membro Flávio Finardi, também assinou ao documento.

Reunião CTNBIO sobre feijão transgênico

Quando: 10/08/11

Horário: 9h

Local: plenária da CTNBio, em Brasília

Leia mais:

CÓDIGO FLORESTAL DEVE SER VOTADO NA CCJ ATÉ DIA 31, DIZ RELATOR

Brasília - O relator do projeto de lei que atualiza o Código Florestal Brasileiro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Luiz Henrique (PMDB-SC), disse hoje (10) à Agência Brasil que pretende apresentar seu parecer até o dia 24 e, se não houver pedido de vista, votá-lo até dia 31.

Luiz Henrique, que também foi indicado para relatar a matéria nas comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia, disse que tem conversado "frequentemente" com o senador Jorge Viana (PT-AC), relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, para organizar um calendário semelhante de

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

apreciação e votação da proposta nas comissões. Uma vez aprovado o mérito do projeto na CCJ, Luiz Henrique garantirá que apresentará um só relatório nas outras duas comissões.

Já Jorge Viana disse à Agência Brasil que pretende convidar o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que relatou o Código Florestal na Câmara, para detalhar seu relatório aos senadores. "Vou seguir o que feito pelo Aldo, por isso acho importante que ele, como autor do relatório aprovado pelos deputados, participe da discussão no Senado", argumentou o senador petista.

Edição: Talita Cavalcante

JUIZ QUE MANDOU PRENDER ACUSADOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO SAI DO CASO

O juiz da 1ª Vara Federal em Macapá, Anselmo Gonçalves da Silva, que concedeu os mandados de prisão e busca e apreensão da Operação Voucher para que a Polícia Federal prendesse os 35 suspeitos de envolvimento no esquema de desvio de dinheiro do ministério do Turismo, deixou o caso.

De acordo com Alon Aragão, diretor de Secretaria da 1ª Vara Federal, a saída do magistrado foi motivada pelas mudanças na estrutura do Foro. Segundo ele, até o dia 27 de julho a 1ª Vara tinha apenas um magistrado. Por isso, o juiz Anselmo Gonçalves da Silva estava julgando todos os processos, inclusive o que investiga o contrato entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi).

"Esse [processo] foi concluído no dia 19 de julho. De acordo com o provimento do tribunal, os processos pares são repassados ao juiz titular e os ímpares ao juiz substituto", explicou Aragão.

Segundo ele, o juiz substituto Mauro Henrique Vieira assumiu o cargo após o dia 27 de julho e por isso, a partir de hoje, está à frente do caso.

A investigação sobre o esquema de corrupção de verbas do Ministério do Turismo começou em abril, depois que um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) detectou irregularidades no contrato firmado entre o ministério e o Ibrasi. O valor do convênio fraudado é de R\$ 4,4 milhões. A PF estima que dois terços dos recursos tenham sido desviados pelo grupo.

Entre os detidos estão o secretário executivo do ministério, Frederico Silva da Costa; o ex-presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Mário Moyses, e o secretário nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Colbert Martins.

ROSSI DIZ QUE DILMA LHE DEU DETERMINAÇÃO LIMPEZA SEM LIMITAÇÕES POLÍTICAS

Questionado pelo líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO), se teria recebido poder para ser mantido no cargo, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, disse que a presidente Dilma Rousseff lhe deu determinação para fazer as mudanças necessárias, sem levar em consideração as questões políticas. Rossi anunciou que será feita uma reestruturação da área jurídica, onde foram encontrados problemas como falhas em pareceres e perdas de ações judiciais.

"A presidente Dilma tem todo o interesse que as incorreções que eventualmente ocorram sejam corrigidas. Mas não vamos fazer nada que não seja absolutamente necessário. Uma área que vamos mudar totalmente é a da estrutura jurídica. Serviços de escritório terceirizados têm levado à perda de ações, de forma irresponsável. Vamos abrir concurso. Ela me disse que, em função do que havia relatado, que tomasse medidas fortes, sem qualquer limitação política, focando na experiência profissional", disse Rossi.

Ao falar do lobista Júlio Fróes, Rossi acabou mudando declaração anterior, quando dissera que não tinha contato com ele. O ministro disse que cumprimentou o lobista uma vez, mas que não o conhecia realmente. Questionado pelo líder do DEM, Rossi confirmou que a filha de Fróes trabalha no Ministério, por meio de uma empresa terceirizada e não quis dizer se ela será demitida.

"Nunca vi esse lobista, depois me disseram que eu o cumprimentei quando estava com os professores da PUC, como cumprimento centenas de pessoas, porque o ministério é muito demandado, aquilo é um movimento muito grande. Lamentei esse caso (da filha), mas mostra uma proximidade desse senhor, e estou tomando as providências", disse Rossi.

UMA MÃO, LAVA A OUTRA

Manaira Medeiros

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), que relatou o projeto do Código Florestal na Câmara, nunca conseguiu esconder o setor que defendia e para quem atuou nos últimos anos: os ruralistas. Depois de elaborar um relatório que atendia a todos os interesses do agronegócio e os grandes latifúndios, batendo de frente com ambientalistas e comunidade científica, passou a ser ovacionado por representantes do setor. Agora, veio a retribuição. Aldo contará com apoio de peso - 232 deputados - da bancada da motosserra para disputar a eleição a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Recompensa veio a cavalo.

As movimentações para conquistar a cadeira do ministro Ubiratan Aguiar, que se aposentou, andam a todo vapor em Brasília. Notícia divulgada pelo Valor Econômico aponta que há pelo menos 12 candidatos da base governista que trabalham seus nomes há meses. Aldo Rebelo surgiu no cenário somente há dez dias, mas cotado como o nome de consenso entre os ruralistas no Congresso. E com chances reais de vitória.

O cenário que se forma ao redor de Rebelo com vistas ao TCU mostra que o empenho dele nos últimos dois anos, período em que o projeto do Código tramitou na Câmara, não foi em vão. O deputado se manteve em contato com as principais lideranças da bancada do agronegócio e protagonizou embates públicos para defender com unhas e dentes a flexibilização da legislação ambiental, mais desmatamento e anistia àqueles que cometeram crimes ambientais.

No final das contas, os pedidos enumerados pelos ruralistas a Rebelo para a formulação do relatório saíram melhor do que encomenda. E o placar final, depois da pressão da bancada em votar o novo Código sem os debates necessários, confirmou o que já era esperado: 410 votos a 63.

Depois da vitória esmagadora na Câmara, o relatório seguiu para o Senado, onde ainda tramita, com tudo de pior ao meio ambiente. Lá passará por algumas comissões e já há movimentos para modificar os pontos polêmicos. Ao contrário dos deputados federais, não há pressão para a votação. Entretanto, em qualquer caso de mudança, retorna à Câmara, onde o campo já está definido para o lado ruralista.

Não tem como negar, Rebelo cumpriu bem o seu papel. Apesar de seu histórico de ex-militante estudantil e comunista, tomou partido e usou de inteligência para divulgar um discurso um tanto quanto parcial. Sabido que só ele, sabia que a recompensa seria boa.

Dito e feito.

ICMBIO RECEBE ILHAS DENTRO DE PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

10/08/2011, Rogério Ippoliti

Os termos de entrega de sete ilhas na Estação Ecológica Tamoios (RJ) para o Instituto Chico Mendes de Conservação

da Biodiversidade (ICMBio), assinados pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e publicados no Diário Oficial da União nessa terça-feira (09/08), fazem parte de uma portaria interministerial entre o MMA e o Ministério do Planejamento. O objetivo, com isso, é contribuir para a solução das questões fundiárias em áreas protegidas. Fazem parte dos termos oficializados agora as ilhas Queimada Pequena, do Algodão, de Imboassica, das Cobras, Lage do Cesto, Rochedo de São Pedro e Ilhota Pequena.

Realizada no âmbito da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a portaria foi elaborada pela Coordenação-Geral de Consolidação Territorial e pela Procuradoria Federal Especializada do ICMBio, em conjunto com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A SPU entrega ao Ministério do Meio Ambiente áreas que estão no domínio da União para garantir a regularização fundiária em Unidades de Conservação (UCs) federais. A consolidação territorial das UCs inclui, além da regularização, a demarcação e a sinalização do perímetro.

A portaria interministerial, publicada em dezembro de 2009, possibilita a transferência da gestão das terras públicas federais para o ICMBio, que fica responsável pela expedição dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso às comunidades tradicionais das Reservas Extrativistas (RESEX) e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Dessa forma, se garante o acesso efetivo a esses patrimônios protegidos. Assim, essas populações podem obter o seu reconhecimento formal, adquirindo direitos em relação às políticas públicas, como créditos produtivos e outros programas sociais, acrescenta Eliani Maciel, coordenadora-geral de Consolidação Territorial do ICMBio.

A Coordenação de Consolidação Territorial e a Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP) do ICMBio são as responsáveis atualmente pela gestão das RESEX e RDS. Movidas pela missão institucional, pelas reivindicações das comunidades tradicionais e também por representações dos movimentos sociais, os dois órgãos têm intensificado as ações de regularização fundiária como meta no biênio 2009/2010. "Essas medidas são de grande importância. Só na Amazônia, elas representam o repasse ao ICMBio de cerca de 20 milhões de hectares de áreas dentro de Unidades de Conservação. E mais de 600 hectares em outras regiões do país", finaliza Eliani

LULA PEDE À PRESIDENTE QUE NÃO IRRITE PMDB O ESTADO DE S. PAULO

Os dois se encontraram ontem em São Paulo; ex-presidente aconselhou Dilma a "repactuar" coalizão e a alertou sobre clima de guerra entre aliados

Vera Rosa / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff teve ontem uma longa conversa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo. Dilma está preocupada com a crise de relacionamento entre o PT e o PMDB e com a instabilidade na base de sustentação do governo no Congresso. Foi por isso que bateu à porta de Lula. Segundo apurou o Estado, o ex-presidente aconselhou a sucessora a não esticar mais a corda, para não atíçar o PMDB, o mais importante aliado do Planalto depois do PT. Lula avalia que Dilma precisa promover mais encontros com deputados e senadores, fazer afagos nos parlamentares e "repactuar" a coalizão. Ele também está apreensivo com a "guerra de dossiês", com infundáveis denúncias de corrupção. Trata-se de uma base aliada em pé de guerra.

Na terça-feira, o PMDB chegou a ameaçar romper com o governo depois de saber que o Ministério do Turismo, dirigido pelo partido, havia sofrido uma devassa, no rastro da Operação

Voucher, da Polícia Federal. Dilma ficou furiosa por não ter sido avisada antes da operação e enquadrou o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo.

Pressionado, Cardozo cobrou explicações da Polícia Federal, "em caráter de urgência", sobre o uso de algemas para alguns dos detidos, nas ordens de prisão. O vice-presidente Michel Temer, que comandou o PMDB, agiu nas últimas 48 horas para conter o princípio de rebelião.

Apoio. Em reunião com o Conselho Político, ontem, Dilma pediu apoio da base aliada para votações importantes no Congresso, como a que prorroga, por mais quatro anos, o mecanismo que permite ao governo manejar livremente 20% do dinheiro do Orçamento, a chamada Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Formado por presidentes e líderes de 15 partidos, o Conselho ouviu atentamente a presidente e, depois, o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Na Câmara e no Senado, porém, muitos deputados e senadores que participaram do encontro disseram ser difícil apoiar tudo o que o governo quer depois de serem "maltratados" pelo Planalto.

Dilma está disposta a continuar a "faxina" na administração. Determinou, por exemplo, a demissão de todos os diretores da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Mas, ao que tudo indica, a partir de agora pretende fazer consultas sobre as vagas, antes do preenchimento dos cargos.

FAXINA COMEÇA NA CONAB E DERRUBA **PROCURADOR-GERAL** O ESTADO DE S. PAULO

Em acordo com o PMDB, Planalto demite Rômulo Gonçalves Jr. e coloca em seu lugar Rui Piscitelli para comandar órgão João Domingos / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Começou a faxina na COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). O atual procurador-geral da companhia, Rômulo Gonçalves Jr., será afastado. Em seu lugar assumirá Rui Magalhães Piscitelli, procurador federal da Advocacia-Geral da União (AGU).

A escolha de Piscitelli foi acertada entre a presidente Dilma Rousseff, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, e o ministro da AGU, Luís Inácio Adams. Piscitelli esteve ontem à tarde no Ministério da Agricultura, onde se reuniu com Wagner Rossi para acertar os últimos detalhes da nomeação. O cargo de procurador é considerado um dos mais estratégicos dentro da CONAB porque a empresa tem contenciosos de mais de décadas - de um período em que era, ainda, a Companhia Brasileira de Alimentação (Cobal) e distribuía alimentos pelo interior do País em grande caminhões. Dessa época a CONAB herdou ações trabalhistas e indenizatórias.

Caberá ainda ao novo procurador-geral da CONAB comandar o processo de tentativa de anular o pagamento irregular de R\$ 8 milhões a uma empresa de silos de Goiás. A autorização da transferência de um dinheiro destinado exclusivamente à compra de alimentos, há três semanas, foi dada pelo então diretor financeiro da estatal, Oscar Jucá Neto - que foi demitido logo depois pelo ministro Wagner Rossi.

Em represália pela demissão determinada pelo ministro da Agricultura, Jucá Neto, que é irmão do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), acusou Rossi de envolvimento em casos de corrupção dentro do ministério. A acusação desencadeou uma crise no PMDB, que levou o ministro a fazer dois depoimentos no Congresso - um na semana passada na Câmara, e outro no Senado, ontem. Ele negou as acusações, fez outras a Jucá Neto e afirmou que este apenas tentou politizar o episódio e vingar-se por ter perdido o cargo.

Mesmo alcance. De acordo com informações passadas por auxiliares da presidente Dilma Rousseff, ela ordenou que a

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

faxina na CONAB tenha o mesmo alcance da que foi feita no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O que significa que, do presidente da estatal aos assessores aparentados de políticos, todos serão afastados.

Um pouco diferente do Dnit, que tinha sido loteado entre o PR e o PT, na CONAB os principais cargos da diretoria são ocupados por PMDB, PTB e PT. O atual presidente da empresa, EVANGELDO MOREIRA DOS SANTOS, também deverá ser afastado, segundo auxiliares da presidente. Ele está no cargo há apenas quatro meses. É apadrinhado do líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO).

A CONAB tem orçamento de R\$ 2,8 bilhões para investimentos. É uma empresa presente em todo o Brasil. Por isso, o PTB contentou-se em dirigi-la, abrindo mão de assumir um ministério.

SEM ORGANIZAÇÃO, PRODUTORES DO NORDESTE ENCARAM PROBLEMAS PARA ACESSAR RECURSOS

VALOR ECONÔMICO -SP

Murillo Camarotto

Mais de um ano e meio após a entrada em vigor da lei da merenda escolar, os pequenos agricultores do Nordeste ainda enfrentam muitas dificuldades para terem acesso aos recursos do PNAE. O principal entrave apontado é a falta de organização da produção local, que ainda não é capaz de se estruturar a ponto de fornecer com eficiência a cota de alimentos que caberia à AGRICULTURA FAMILIAR.

Apesar de elogiarem a lei, organizações e cooperativas da região alegam que sua aplicação efetiva só será possível com investimentos na estruturação da produção. "Muitas famílias ainda não fazem parte de cooperativas. A falta de organização é grande e dificulta bastante o acesso aos recursos", afirmou Alexandre Bezerra Pires, coordenador-geral do Centro Sabiá, grupo que dá assessoria técnica a mais de 2,5 mil famílias em Pernambuco.

Ele lembra, entretanto, que a experiência do cooperativismo no Nordeste é bem mais recente do que no Sul do país, o que ajuda a explicar as maiores dificuldades enfrentadas na região. "É um processo de aprendizado. Não tenho dúvidas de que a nossa AGRICULTURA FAMILIAR é capaz de atender à demanda do PNAE", afirmou.

Pires contou que os recursos repassados pelos municípios, referentes à educação infantil e ensino fundamental, estão sendo acessados com mais facilidade do que na esfera estadual, que contempla o ensino médio. "Operacionalmente é muito mais simples para as famílias e cooperativas se organizarem dentro do município, especialmente pela questão logística", explicou.

Alguns municípios pernambucanos, segundo ele, têm apresentado experiências bem-sucedidas no fornecimento de alimentos para as escolas por meio da produção familiar. São os casos de Brejo da Madre de Deus e Triunfo, por exemplo, que estão fornecendo cenoura, beterraba, chuchu, batata e coentro, entre outros produtos.

Situação semelhante ocorre na Bahia, onde a falta de organização da produção também é apontada como principal problema. Segundo Urbano Carvalho Oliveira, representante local da União Nacional das Cooperativas de AGRICULTURA FAMILIAR (Unicafes), muitos produtores estão enfrentando dificuldades para a obtenção das declarações de aptidão, documento exigido para o fornecimento de alimentos para merenda escolar.

Além da necessidade de financiamento público para a orientação dos produtores, ele aponta a burocracia imposta por órgãos do governo como outra barreira. "Aqui você não

consegue montar uma agroindústria familiar, por exemplo, porque para abater um bode, exigem de você a estrutura de um frigorífico de gado, com pé-direito de cinco metros de altura", exemplificou o dirigente.

Assim como em Pernambuco, a esfera municipal é a única onde os pequenos agricultores ainda conseguem acessar os recursos da lei da merenda escolar. "A logística do município é mais simples. Mas nas regiões metropolitanas e em Salvador é necessária uma infraestrutura que não existe", criticou. A ONU (Organização das Nações Unidas) dedarou 2012 como o ano cooperativismo. Vamos ver se as coisas melhoram".

MINISTRO ATRIBUI ACESSO DE LOBISTA A "DESCUIDO" DA EQUIPE

FOLHA DE S. PAULO

Wagner Rossi nega conhecer Júlio Fróes e diz que sua equipe é "acolhedora"

Senadores do PSDB e do DEM não questionaram loteamento de cargos; ministro ameniza as críticas a irmão de Jucá

BRENO COSTA

DE BRASÍLIA

O ministro Wagner Rossi (Agricultura) admitiu ontem que o lobista Júlio César Fróes tinha acesso ao ministério pela entrada privativa de autoridades, mas creditou o problema a um "descuido" de sua "equipe acolhedora".

"Nunca me preocupei com isso [triagem]. Tenho uma equipe maravilhosa de pessoas que trabalham lá [portaria]. Não são pessoas voltadas para a atitude de evitar a entrada de pessoas. São muito acolhedores, talvez tenha tido esse descuido", disse.

Rossi nega conhecer o lobista, que tem uma filha empregada no ministério ou que ele tivesse uma sala na pasta.

Fróes foi o pivô da queda do número 2 e braço direito de Rossi, Milton Ortolan. Reportagem da revista "Veja" afirma que Fróes atuava no ministério com aval de Ortolan, que nega as acusações.

Apesar do aumento do número de acusações sobre sua pasta em comparação com a situação que precedeu o depoimento na Câmara semana passada, Rossi foi pouco incomodado pela oposição.

O depoimento durou menos de três horas. Na semana passada, na Câmara, foram quase cinco horas.

Ontem, 15 senadores fizeram perguntas ou comentários ao ministro. Apenas dois eram da oposição -Alvaro Dias (PSDB-PR) e Demóstenes Torres (DEM-GO).

O grau de apoio de governistas chegou ao ponto de Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmar que Rossi é "um dos melhores ministros dos últimos tempos no Brasil".

A oposição não questionou nem mesmo o loteamento de cargos na pasta entre parentes de líderes do PMDB.

Rossi diminuiu o tom contra Oscar Jucá Neto, ex-diretor da CONAB demitido após a revelação de que autorizara pagamento irregular de R\$ 8 milhões, e irmão do senador Romero Jucá (PMDB-RR): "Tenho respeito muito grande pelos vínculos familiares, e não quero criar novos e maiores constrangimentos".